

**PARECER PRÉVIO Nº. 00791/2019 - Tribunal Pleno**

PROCESSO : 03268/17  
MUNICÍPIO : JATAÍ  
PREFEITO E GESTOR : HUMBERTO DE FREITAS MACHADO  
CPF : 341.665.801-91  
ASSUNTO : RECURSO ORDINÁRIO  
OBJETO : PP N. 00161/2018 E AC N. 08736/2018 – CONTAS  
DE GESTÃO –2016  
REPRESENTANTE MPC : JOSÉ GUSTAVO ATHAYDE  
RELATOR : CONSELHEIRO NILO RESENDE

RECURSO ORDINÁRIO. VOTO REVISOR.  
Abertura de vista. Princípios constitucionais  
do contraditório e ampla defesa.

Tratam os autos de **Recurso Ordinário**, interposto pelo Sr. Humberto de Freitas Machado, objetivando a reforma do Parecer Prévio PP n. 00161/2018 (fase 1) e do Acórdão AC n. 08736/2018 (fase 2), que, respectivamente, emitiu parecer prévio pela rejeição as **Contas de Gestão** de responsabilidade do Sr. **Humberto de Freitas Machado**, Prefeito e Gestor do **Poder Executivo** do Município de **Jataí** no exercício de **2016** e aplicou multa ao referido prefeito.

O presente recurso foi admitido pela Presidência deste Tribunal de Contas através do Despacho n. 552/19 (fl. 129, fase 3).

**ACORDAM** os Conselheiros integrantes da Colenda Corte do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, nos termos do **Voto do Revisor**, Conselheiro Nilo Resende em:

Determinar a notificação, para nova manifestação, **por via postal, com AR** e no **Diário Oficial de Contas deste Tribunal**, para que, no prazo regimental, ao SR. HUMBERTO DE FREITAS MACHADO, prefeito e gestor do Município de **JATAÍ**, no exercício de 2016.

Cumprida a Diligência, devem os autos retornar à **Secretaria de Recursos**, para a devida análise técnica.

**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS,**  
11 de Dezembro de 2019.

**Presidente:** Joaquim Alves de Castro Neto

**Revisor:** Nilo Sérgio de Resende Neto.

**Presentes os conselheiros:** Cons. Daniel Augusto Goulart, Cons. Fabricio Macedo Motta, Cons. Francisco José Ramos, Cons. Joaquim Alves de Castro Neto, Cons. Nilo Sérgio de Resende Neto, Cons. Sérgio Antônio Cardoso de Queiroz, Cons. Valcenôr Braz de Queiroz, Cons. Sub. Flavio Monteiro de Andrada Luna, Cons. Sub. Irany de Carvalho Júnior, Cons. Sub. Maurício Oliveira Azevedo, Cons. Sub. Vasco Cícero Azevedo Jambo e o representante do Ministério Público de Contas, Procurador José Gustavo Athayde.

**Votação:**

Votaram(ou) com o Cons.Nilo Sérgio de Resende Neto: Cons. Daniel Augusto Goulart, Cons. Sérgio Antônio Cardoso de Queiroz, Cons. Valcenôr Braz de Queiroz.

Votaram contra: Cons. Francisco José Ramos, Cons. Fabricio Macedo Motta.

PROCESSO : 03268/17  
MUNICÍPIO : JATAÍ  
PREFEITO E GESTOR : HUMBERTO DE FREITAS MACHADO  
CPF : 341.665.801-91  
ASSUNTO : RECURSO ORDINÁRIO  
OBJETO : PP N. 00161/2018 E AC N. 08736/2018 – CONTAS  
DE GESTÃO –2016  
REPRESENTANTE MPC : JOSÉ GUSTAVO ATHAYDE  
RELATOR : CONSELHEIRO NILO RESENDE

## 1. RELATÓRIO

Tratam os autos de **Recurso Ordinário**, interposto pelo Sr. Humberto de Freitas Machado, objetivando a reforma do Parecer Prévio PP n. 00161/2018 (fase 1) e do Acórdão AC n. 08736/2018 (fase 2), que, respectivamente, emitiu parecer prévio pela rejeição as **Contas de Gestão** de responsabilidade do Sr. **Humberto de Freitas Machado**, Prefeito e Gestor do **Poder Executivo** do Município de **Jataí** no exercício de **2016** e aplicou multa ao referido prefeito.

O presente recurso foi admitido pela Presidência deste Tribunal de Contas através do Despacho n. 552/19 (fl. 129, fase 3).

Analizados os autos, a Secretaria de Recursos (SR) emitiu o Certificado n. 1.099/19 (fls. 213-226, fase 2), concluindo por negar provimento ao presente recurso, sendo acompanhada pelo Ministério Público de Contas (MPC) no Parecer n. 6.391/2019 (fl. 136, fase 3).

A seguir serão apresentados os argumentos do recorrente, de forma sintética, seguidos das respectivas análises.

## 2. DAS RAZÕES RECURSAIS E ANÁLISE DE MÉRITO DAS IRREGULARIDADES

Remetidos os autos à Secretaria, esta emitiu o Certificado Nº 1.099/19 (fls. 213-226, fase 2), no qual manifestou-se nos seguintes termos:

### 2. DAS RAZÕES RECURSAIS E ANÁLISE DE MÉRITO DAS IRREGULARIDADES

**IRREGULARIDADE ITEM 2:** A contribuição previdenciária patronal paga ao RPPS não obedece às disposições da legislação previdenciária municipal (Dispositivo violado: art. 1º, Lei Municipal nº 3735/15).

#### **ALEGAÇÕES DO RECORRENTE**

*“Em 05 de julho de 2017 foi expedido o Despacho nº 01460/2017, versando que a contribuição previdenciária patronal paga ao RPPS não obedece a disposições da legislação previdenciária municipal, requerendo na sequência que o gestor apresentasse as documentações relativas à Lei do RPPS respaldando as informações do sumário da folha de pagamento, guias de recolhimento previdenciário junto ao RPPS e Termo de Parcelamento com os respectivos comprovantes de pagamento.*

*Na ocasião toda documentação requerida foi apresentada, qual seja, Lei do RPPS, Termos de Parcelamentos, à exceção dos comprovantes de recolhimentos previdenciários, haja vista que o valor remanescente de R\$ 1.069.713,28, relativo à parte patronal não fora recolhido no exercício de 2016, porém devidamente parcelado pelo sucessor do poder executivo municipal, gestão 2017/2020.*

*Ademias, invocamos o cumprimento da Decisão Normativa nº 0004/2015, que dispõe sobre uniformização de jurisprudência relativa a parcelamentos de débitos previdenciários, haja vista que, ainda hoje não é novidade para nenhum órgão fiscalizatório de contas públicas que o grande gargalo da administração municipal, estadual e federal, no Brasil, chama-se Previdência Social. No caso em apreço não foi diferente, apesar que pode-se considerar valor ínfimo, o remanescente de obrigações patronais junto ao RPPS do Município de Jataí que restou ao longo dos nossos 8 (oito) anos no comando do Poder Executivo.*

*Relembrando que, ao invocar a aplicação da DN nº 004/2015, esclarecemos que de um total de R\$ 3.980.708,73 de saldo em circulação de dívida fundada referente ao Jataí-previ, em 2009, durante o nosso primeiro mandato saldamos o montante de R\$ 5.081.019,31, já com as devidas correções e atualizações, ou seja, na gestão 2009/2013 amortizamos o valor de R\$ 1.100.310,58, que deve ser levado em conta para fazer face ao valor que deixamos para o nosso sucessor na ordem de R\$ 1.069.713,28, ou seja, estamos amparados na perspectiva da consideração de regularidade das contas em razão da aplicação do item 3 da DN 004/2015 que diz textualmente em seu art. 1º:*

*3 – Ocorrendo o parcelamento de dívida da gestão anterior e da gestão do Prefeito atual, e vindo tal parcelamento adentrar a gestão posterior, deverá ser realizado levantamento visando verificar se aquela primeira dívida comprometeu a gestão do prefeito que realizou o parcelamento ao ponto do parcelamento da segunda dívida adentrar na gestão posterior.*

*Invocamos também a aplicação do item 6 da mesma DN mencionada acima, que estabelece que independente dos critérios estabelecidos nos dispositivos anteriores, os parcelamentos de débitos previdenciários deverão ser avaliados diante do conjunto de irregularidades verificadas no caso concreto, considerando a visão macro dos fatos e das circunstâncias que acarretaram o inadimplemento das obrigações previdenciárias, de modo que a opinião reflita melhor aderência os princípios da razoabilidade e proporcionalidade; haja vista que pelo montante remanescente de R\$ 1.069.713,28, e de forma com a qual fora conduzida como probidade e zelo a gestão dos recursos públicos municipal, em especial aos do Regime Próprio de Previdência Social de Jataí, torna-se irrisório o valor da obrigação patronal remanescente, se somado aos benefícios que trouxemos para população de forma geral, e aplicações de recursos principalmente as obrigatórias no que se refere à saúde, educação e controle de gastos de pessoal.*

*É imperativo que considere julgar esse item, evitando cometimento de injustiça contra uma gestão que movimentou aproximadamente R\$ 1.893.738.333,52 e teve como apontamento de inconsistências na contas apenas 02 itens passíveis de serem ressalvados”.*

#### **ANÁLISE DO MÉRITO**

*Em síntese o recorrente reafirma que o não recolhimento do valor de R\$ 1.069.713,28 no exercício de 2016, se deu em razão de dívidas herdadas da gestão anterior.*

*Em relação a alegação dos parcelamentos de exercícios anteriores, constata-se que durante o exercício de 2016 vigoraram três parcelamentos de débitos previdenciários junto ao RPSS (Pesquisa CADPREV, fls. 130, vol. 1, F3), os quais se detalham a seguir:*

<b>Nº Termo de Parcelamento</b>	<b>Valor</b>	<b>Período</b>	<b>Qtd. de Parcelas</b>	<b>Valor parcela</b>	<b>1º parcela</b>
00024/2007	R\$ 4.485.865,72	10/2005 a 12/2006	240	R\$ 18.691,11	20/01/17
00867/2014	R\$ 1.063.103,80	03/2014 a 09/2014	26	R\$ 40.888,61	30/11/14
00801/2015	R\$ 4.298.482,33	05/2015 a 10/2015	13	R\$ 330.652,49	30/12/15

00180/2017	R\$ 4.793.579,59	07/2016 a 12/2016	60	R\$ 79.892,99	30/03/17
00189/2017	R\$ 270.557,83	03/2014 a 09/2014	60	R\$ 4.509,30	30/03/17
00190/2017	R\$ 2.338.071,94	05/2015 a 10/2015	60	R\$ 38.967,87	30/03/17
00197/2017	R\$ 6.682.984,06	10/2005 a 12/2006	60	R\$ 111.383,07	30/03/17
00764/2017	R\$ 6.501.282,80	10/2005 a 12/2006	200	R\$ 32.506,41	30/10/17
00765/2017	R\$ 2.274.502,93	05/2015 a 10/2015	200	R\$ 11.372,51	30/10/17
00766/2017	R\$ 263.201,72	03/2014 a 09/2014	200	R\$ 1.316,01	30/10/17
00767/2017	R\$ 4.699.029,57	07/2016 a 12/2016	200	R\$ 23.495,15	30/10/17
00456/2019	R\$ 3.079.853,03	09/2018 a 04/2019	17	R\$ 181.167,83	30/07/19
00457/2019	R\$ 5.584.048,36	09/2018 a 04/2019	17	R\$ 328.473,43	30/07/19

Assim, verifica-se que apenas o acordo de nº 00024/2017 é referente a gestão anterior. Sendo que tal parcelamento, com pagamento anual sem atualização de R\$224.293,32 (12 x R\$ 18.691,11), não se mostra capaz de afetar a gestão de 2016 a ponto de impedir que os recolhimentos da contribuição patronal do RPPS ocorressem de forma regular, haja vista que a receita do município de Jataí em 2016 foi de R\$201.034.214,62 (fls. 314/315 – vol. 7).

Portanto, não assiste razão o gestor quando afirma que parcelamentos de gestões anteriores impediram que o Poder Executivo efetuasse todos os pagamentos da contribuição patronal do exercício de 2016, uma vez que, os parcelamentos firmados através dos acordos nº 00867/2014 e 00801/2015, são referentes à sua própria gestão (2013/2016).

Em pesquisa ao Sistema de Controle de Contas Municipais – SICOM (fls. 300/302, vol. 7), nota-se que em 2016 foi empenhado e pago o montante de R\$1.239.041,44, referente ao pagamento de parcelamentos junto ao RPPS. Contudo, verifica-se que desse total, somente a quantia de R\$72.997,38 é concernente ao parcelamento da gestão de 2005/2006 (Acordo nº 00024/2007). Assim, resta claro e evidente que os recolhimentos do parcelamento realizado pela gestão 2005/2016 (R\$72.997,38), não gerou grande impacto nas finanças do município em 2016 e, portanto, não foram a causa que levaram ao inadimplemento no pagamento da contribuição patronal do RPPS do exercício de 2016, conforme alega o gestor.

O recorrente apresenta o Termo de Acordo de Reparcimento nºs 197/2017, 00764/2017, 00766/2017, 00190/2017, 00765/2017, 00180/2017, 00767/2017 (fls. 42/103, vol.1, F3), que reparcelou diversas competências. Em relação as competências do exercício de 2016 (07/2016 a 12/2016), nota-se o reparcelamento em 200 parcelas mensais de R\$ 23.448,61, mediante Termo de Acordo de Reparcimento nº 767/2017 (fls. 97/103, vol.1, F3). Verifica-se que tal parcelamento foi realizado na nova gestão (2017/2020) ultrapassando a gestão do causador da dívida.

Por fim, conforme demonstrado na tabela, conclui-se que o Poder Executivo deixou de recolher o montante de R\$1.069.713,28 (R\$4.315.204,61 - R\$3.245.491,33), alusivo à contribuição previdenciária patronal do RPPS no exercício de 2016.

Esclarece ao recorrente que não se questiona a legalidade do parcelamento. É notório que este serve para recompor a condição de adimplência do município e regulariza a situação da municipalidade perante a Previdência, contudo, caso ultrapasse o lapso temporal da gestão que o fez, não exime a responsabilidade dos gestores públicos que deixaram de efetuar os recolhimentos de suas obrigações patronais, conforme entendimento desta Corte de Contas (Resolução Consulta 33/08, Sessão Técnico-Administrativa do dia 23.03.2011 e DN 00015/12).

O parcelamento compromete a gestão futura e denota ato antieconômico, tendo em vista a incidência de multas e juros. Conforme preconiza o artigo 40 da Constituição Federal de 1988, aos servidores titulares de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é garantido regime de



previdência de caráter contributivo e solidário, por meio de contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas.

Nesse sentido, o pagamento da parte patronal ao RPPS não pode ser interpretado pelo Gestor como mera faculdade atribuída ao município, mas como um instrumento necessário e compulsório para a sustentabilidade da Previdência Própria, sob pena de se afrontar o princípio constitucional do equilíbrio financeiro e atuarial do fundo previsto no art. 40 da CF/88, bem como de se comprometer o equilíbrio das contas públicas preconizado no parágrafo único do art. 1º Lei de Responsabilidade Fiscal.

No tocante a alegação do recorrente que o valor não recolhido é ínfimo em relação ao montante movimentado pela prefeitura durante o exercício de 2016, não assiste razão, vez que a administração dos recursos públicos pressupõe uma ação planejada que visa manter o equilíbrio das contas públicas (art. 1º da Lei Complementar nº 101/00). Assim cabe o gestor as medidas necessárias para conter o endividamento durante a sua gestão.

Do exposto, considerando o não recolhimento de parte da contribuição patronal do exercício de 2016, no montante de R\$1.069.713,28, bem como o seu parcelamento ter ultrapassado a gestão do causador da dívida, **permanece a irregularidade apontada.**

**IRREGULARIDADE ITEM 3:** Houve inadimplemento no pagamento dos débitos previdenciários acordados com o Regime Próprio de Previdência Social. Durante o exercício de 2016, o Poder Executivo pagou o montante de R\$1.239.041,44 (fl. 538/540, vol.5) no elemento 4.6.90.71.01 destinado ao pagamento de parcelamentos previdenciários. Todavia, considerando os parcelamentos previdenciários em vigor no município com parcelas vencidas em 2016 (fl. 541, vol.5), o Poder Executivo deveria ter empenhado e pago, no mínimo, o montante de R\$2.470.674,12.

#### **ALEGAÇÕES DO RECORRENTE**

“Em 06 de novembro de 2017 foi expedido o Despacho nº 02441/2017 e Certificado 447/2018, onde fora demonstrado que o valor apontado como inadimplemento de amortização de parcelamento previdenciário junto ao RPPS é menor que o aventado pelo r. Analista, ou seja, informa-se o montante de R\$ 4.682.786,52 sendo que na realidade o valor é de R\$ 2.470.674,12, menos da metade apontado pelo Tribunal.

O método utilizado para o cálculo deve basear-se na individualização dos órgãos orçamentários distintos e nas exigibilidades das parcelas avençadas, ou seja, deve somar as parcelas vencidas e não amortizadas dentro de cada órgão.

Por outro lado, o inadimplemento de débitos previdenciários tornou-se crônico no país, a levar-se em consideração os cálculos atuariais para regularidade da operacionalidade dos regimes de previdência, torna-se praticamente impossível a administração dos recursos públicos no Brasil. Dentro do contexto de aproximadamente 5.570 municípios, é seguro afirmar que menos de 1% consiga manter o estoque da Dívida Fundada devidamente regular. É imperativo que um novo formato de custeio de benefícios previdenciários seja idealizado sob pena de levar todos os entes públicos no país, à falência e juntos, os respectivos órgãos previdenciários.

Já antevedendo o caos previdenciário no país, por força da Lei Federal nº 9.249/95 de 26 de dezembro de 1995, já regulava a matéria quando mencionada em seu art. 34:

“Art. 34. Extingue-se a punibilidade dos crimes definidos na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e na Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, quando o agente promover o pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia.” (grifo nosso)

Por outro lado, por força da norma acima descritas, desde que a pessoa jurídica promova o pagamento do débito, total ou por parcelamento, fica extinta a punibilidade.

Assim sendo não há motivo justo para manutenção da irregularidade aventada, tendo em vista que o que foi possível dentro das condições econômicas do município, foram devidamente amortizados, o que não foi possível foi legalmente incluído em parcelamentos, conforme se comprova com os documentos apensados aos autos.

Portanto, invocamos o princípio da razoabilidade e proporcionalidade mencionada na Decisão Normativa DN nº 00004/2015 que dispõe no art. 1º, item 6:

“6 - independente dos critérios estabelecidos nos dispositivos anteriores, os parcelamentos de débitos previdenciários deverão ser avaliados diante do conjunto de irregularidades verificadas no caso concreto, considerando a visão macro dos fatos e das circunstâncias que acarretaram o inadimplemento das obrigações previdenciárias, de modo que a opinião reflita melhor aderência os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.” (grifei)

No nosso sentir, as contas em apreço, deve ser julgada levando em consideração todo contexto de 02 gestões administrativas como chefe do Poder Executivo de Jataí, principalmente quando se percebe que as falhas remanescentes não teve o condão de macular as respectivas contas. Lembrando ainda que o art. 172, I, II, III e §1 e art. 173, inciso II, do Regimento Interno dessa Corte de Contas, que de forma razoável e justa, assim dispõe”.

### **ANÁLISE DO MÉRITO**

O recorrente reafirma que o valor não pago referente aos parcelamentos previdenciários no exercício de 2016 é de R\$ 2.470.674,12 e solicita a avaliação das contas de 2016 levando em consideração todo o período administrado pelo gestor.

Em que pese o recorrente reafirmar que o valor apontado inicialmente estar incorreto e apresentar o valor de R\$ 2.470.674,12, esclarecemos que o valor alegado já havia sido acolhido por este Tribunal quando da análise realizada na fase inicial das presentes contas.

O recorrente apresenta Termos de Parcelamentos e Reparcimento realizados no exercício de 2017, contemplando competências de parcelamentos anteriormente assumidos. Portanto, durante o exercício de 2016, não foram efetuados os pagamentos de forma regular, não podendo o gestor se eximir de tal responsabilidade.

Assim, o fato das parcelas não pagas no exercício de 2016 terem sido motivo de reparcimento na gestão posterior, não regulariza a conduta de quem por dever deixou de efetuar os devidos pagamentos em sua gestão.

Ressalta-se que o parcelamento compromete a gestão futura e denota ato antieconômico, tendo em vista a incidência de multas e juros. Conforme preconiza o artigo 40 da Constituição Federal de 1988, aos servidores titulares de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é garantido regime de previdência de caráter contributivo e solidário, por meio de contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas.

Nesse sentido, o pagamento da parte patronal ao RPPS não pode ser interpretado pelo Gestor como mera faculdade atribuída ao município, mas como um instrumento necessário e compulsório para a sustentabilidade da Previdência Própria, sob pena de se afrontar o princípio constitucional do equilíbrio financeiro e atuarial do fundo previsto no art. 40 da CF/88, bem como de se comprometer o equilíbrio das contas públicas preconizado no parágrafo único do art. 1º Lei de Responsabilidade Fiscal.

Do exposto, considerando o inadimplemento no pagamento dos débitos previdenciários (R\$ 2.470.674,12) acordados com o Regime Próprio de Previdência Social durante o exercício de 2016 e, ainda, que o parcelamento realizado pela nova gestão não exime a responsabilidade do gestor do Executivo no exercício de 2016, entende esta Especializada que **a irregularidade deve ser mantida.**

### **3. DAS RESSALVAS**

**RESSALVA ITEM 1:** A ordem cronológica de exigibilidade dos pagamentos não foi obedecida pelo gestor do Poder Executivo. Conforme relatório juntado às fls. 337, vol.4, o órgão encerrou o exercício de 2016 com saldo de Restos a Pagar Processados no montante de R\$57.425,00 (Dispositivo violado: art. 5º, Lei 8.666/93).

### **ALEGAÇÕES DO RECORRENTE**

Não houve alegações pelo recorrente.

### **ANÁLISE DO MÉRITO**

Diante da falta de manifestação pelo recorrente, permanece inalterada a ressalva apontada.

### **4. DAS MULTAS**

Gestor	HUMBERTO DE FREITAS MACHADO
CPF	341.665.801-91
Descrição da Irregularidade Praticada	1) Contribuição patronal em desacordo com a legislação previdenciária municipal (item 2). 2) Inadimplemento no pagamento dos débitos previdenciários parcelados (item 3).
Dispositivo Legal ou Normativo Violado	1) Art. 1º, Lei Municipal nº 3735/15 (item 2). 2) Termos de Parcelamento nº. 00024/2007, 00867/2014 e 00801/2015 (item 3).
Base Legal para Imputação de Multa	Art. 47 – A, inciso IV, da Lei Estadual nº 15.958/07.
Valor da Multa	R\$1.000,00.

### **ALEGAÇÕES DO RECORRENTE**

Não houve alegações pelo recorrente.

#### ANÁLISE DO MÉRITO

Diante da análise efetuada das irregularidades apontadas nos itens 2 e 3, **mantém-se a multa imputada.**

#### 5. CONCLUSÃO

<b>IRREGULARIDADES</b>	<b>Desconstituídas</b>	-
	<b>Sanadas</b>	-
	<b>Ressalvadas</b>	-
	<b>Mantidas</b>	<b>Itens 2 e 3</b>
<b>RESSALVAS</b>	<b>Desconstituídas</b>	-
	<b>Sanadas</b>	-
	<b>Mantidas</b>	<b>Item 1</b>
<b>MULTAS</b>	<b>Desconstituídas</b>	-
	<b>Sanadas</b>	-
	<b>Mantidas</b>	<b>R\$ 1.000,00</b>

Do exposto, a Secretaria de Recursos do Tribunal de Contas dos Municípios, sugere:

I. o **NÃO PROVIMENTO** do presente recurso ordinário;

II. **PARECER PRÉVIO PELA REJEIÇÃO** das contas de gestão do Sr. **HUMBERTO DE FREITAS MACHADO**, Prefeito e Gestor do Poder Executivo do Município de **JATAÍ**, no exercício de 2016, em razão da permanência das irregularidades apontadas nos **itens 2 e 3**;

III. a **manutenção da multa no valor de R\$ 1.000,00**, imputada ao Sr. Humberto de Freitas Machado, conforme quadro já descrito neste documento;

IV. a **manutenção da ressalva do item 1;**

### 3. DA MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:

Por sua vez, o Ministério Público de Contas, através do Parecer nº 6.391/2019 (fl. 136, fase 3), nos seguintes termos:

“PARECER Nº 06391/2019

Tratam os presentes autos sobre o Recurso Ordinário, tendo por escopo a reforma da decisão proferida no Acórdão AC nº 08736/18, no qual esta Corte de Contas julgou IRREGULARES as contas de gestão, relativas ao exercício de 2016, com imputação de multa.

O presente Recurso foi admitido pela Presidência desta Casa, com fulcro no art. 210, §1º, do Regimento Interno TCM/GO.

A Secretaria de Recursos manifestou-se pelo não provimento do aludido recurso, reformando o Acórdão vergastado, opinando no sentido da IRREGULARIDADE das contas reexaminadas, mantendo, a multa imputada.

Diante do exposto, no mérito, o posicionamento desta Procuradoria segue o mesmo entendimento adotado pela Unidade Técnica deste Tribunal, pelos seus próprios fundamentos, inexistindo razões de ordem jurídica para divergir.

Análise realizada sem prejuízo de irregularidades que eventualmente forem detectadas em outros processos atinentes ao mesmo período. (IRIM).”

#### 4. VOTO DO RELATOR;

“Em atenção à tese jurídica de repercussão geral fixada pelo Supremo Tribunal Federal em sede do Recurso Extraordinário n. 848.826/DF, em 17 de



agosto de 2016, segundo a qual para os fins do artigo 1º, inciso I, alínea “g”, da Lei Complementar n. 64/1990 (inelegibilidade), a apreciação das contas de prefeitos será exercida pelas Câmaras Municipais e, ainda, tendo em vista as orientações contidas na Resolução n. 01/2018 da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás editou a IN n. 010/2018, estabelecendo os ritos processuais para as análises das Contas de Governo e para as Contas de Gestão e Tomada de Contas Especial em que o Prefeito Municipal figure como gestor.

Diante disso, este Tribunal se manifestará por meio de dois atos distintos, quais sejam Parecer Prévio, para as contas do Prefeito, submetido a julgamento pela respectiva Câmara Municipal, e Acórdão para os demais fins, inclusive aplicação de sanções.

Ante o exposto, **apresento voto em total convergência** com a Secretaria de Recursos e com o Ministério Público de Contas, uma vez que manifesto por:

a) Parecer Prévio – Fase 3:

- **Conhecer** o presente Recurso e, no mérito, **negar-lhe provimento** mantendo o Parecer Prévio pela **rejeição** das **Contas de Gestão** do Sr. **Humberto de Freitas Machado**, Prefeito e Gestor do **Poder Executivo** do Município de **Jataí** no exercício de **2016**, em razão da permanência das irregularidades mencionadas nos itens 2 e 3.

- Por último, pugno por manter a ressalva apontada no item 1.

b) Acórdão – Fase 4:

- **Conhecer** o presente Recurso e, no mérito, **negar-lhe provimento mantendo**, mantendo as irregularidades contidas nos itens 2 e 3 e a multa aplicada.

Assim, nos termos do artigo 83 do Regimento Interno, proponho que o Pleno deste Tribunal adote a minuta de Acórdão que submeto à sua deliberação.”

## 5. ANÁLISE/VOTO DO REVISOR

Na Sessão Plenária do dia 13/12/2019, os presentes autos que tratam-se de **RECURSO ORDINÁRIO**, entrou em pauta no Tribunal Pleno, neste sentido, a luz dos argumentos dispostos, bem como dos princípios constitucionais do contraditório e

ampla defesa, excepcionalmente, ante a necessidade de melhor clareza da matéria ora analisada, **razoável se faz a abertura de vistas ao responsável**, para nova manifestação.

Diante do exposto, no uso das minhas atribuições legais e regimentais, manifesto pela notificação, para nova manifestação, **por via postal, com AR** e no **Diário Oficial de Contas deste Tribunal**, para que, no prazo regimental, ao SR. HUMBERTO DE FREITAS MACHADO, prefeito e gestor do Município de **JATAÍ**, no exercício de 2016.

Cumprida a Diligência, devem os autos retornar à **Secretaria de Recursos**, para a devida análise técnica.

É o voto

A Superintendência de Secretaria para as providencias devidas.

**GABINETE DO CONSELHEIRO REVISOR**, em Goiânia aos 16 dias do mês de novembro de 2019.

**NILO RESENDE**  
Cons. Revisor